



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE - 29.<sup>a</sup> Vara

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO N.º **EDL.0029.000002-0/2016**

O Juiz Federal **Dr. GEORGIUS LUÍS ARGENTINI PRINCIPE CREDIDIO**, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber a quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem que esta Vara Federal levará à alienação em arrematação pública, nas datas, local e sob as condições adiante descritas os bens penhorados nos autos das ações a seguir relacionadas.

## **1. DATAS**

**1.º Leilão: Dia 09/11/2016, às 14h00min (horário local)**, por preço igual ou superior ao valor da avaliação ou reavaliação.

**2.º Leilão: Dia 18/11/2016, às 14h00min**, por qualquer preço, desde que não seja vil **art. 891 do CPC**, assim considerados valores inferiores a **50%** (cinquenta por cento) e **30%** (trinta por cento) do valor atribuído na avaliação ou reavaliação aos bens imóveis e móveis, respectivamente.

## **2. LOCAL**

Auditório do edifício sede da Justiça Federal de Pernambuco, localizado na Av. Recife, Nº 6.250, Jiquiá, Recife-PE.

## **3. LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL**

**ALEXANDRE FERREIRA NUNES – Portaria Nº 03/2005 – CARTEIRA nº 360**

Sítio eletrônico: [www.organizacaodeleiloes.com.br](http://www.organizacaodeleiloes.com.br) ou [www.alexandreferreiranunes.com.br](http://www.alexandreferreiranunes.com.br)

Fone: 9.8895 1099

## **4. INFORMAÇÕES GERAIS E ADVERTÊNCIAS**

- 4.1** Ficam os executados abaixo identificados devidamente intimados das datas designadas para o leilão, caso não sejam encontradas para intimação (art. 889, inc. I e par. único, do Código de Processo Civil).
- 4.2** A simples oposição de embargos à arrematação por parte do executado (devedor) não é causa para desfazimento da arrematação.
- 4.3** Em caso de arrematação, o exequente que não tenha se manifestado previamente poderá adjudicar os bens arrematados com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 24 Lei n.º 6.830/80).
- 4.4** Excetuados os casos previstos em Lei, não serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do art. 358 do Código Penal ("Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência"), devendo o Leiloeiro identificar os potenciais interessados em adquirir o(s) bem(ns) levado(s) à hasta pública.
- 4.5** Em caso de remição, pagamento ou parcelamento do débito, no período de dez dias úteis que antecedem ao leilão, a parte executada (ou equivalente) deverá pagar até, no máximo, 3% (três por cento) sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) na avaliação/reavaliação ou sobre o valor da dívida e, dentre os dois, o menor, a título de comissão do leiloeiro, mediante depósito judicial. O valor da comissão será fixado, observando o limite citado, em despacho do juiz.
- 4.6** Em caso de cancelamento ou anulação da arrematação por qualquer motivo, o juiz fixará, se for o caso, a comissão do leiloeiro até o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE - 29.<sup>a</sup> Vara

avaliação/reavaliação, indicando o responsável por seu pagamento e, se for o caso, a devolução do valor pago, parcial ou totalmente, ao arrematante.

- 4.7** Também caberá o pagamento da comissão, limitada ao máximo de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação/reavaliação, no caso de frustração da hasta pública, em qualquer hipótese, e desde que o leiloeiro tenha removido os bens previamente para depósito sob sua responsabilidade, independentemente da data de ocorrência do evento causador do cancelamento do leilão.
- 4.8** Verificando-se, no prazo legal, a remição dos bens, os valores depositados pelo arrematante, devidamente corrigidos pelos índices oficiais, ser-lhe-ão devolvidos sem qualquer imputação de penalidades, considerando-se a prerrogativa do remetente e a boa-fé do arrematante.

## **5. BENS**

- 5.1** São os que constam deste Edital, publicado no órgão oficial, o qual encontra-se disponível na Secretaria desta 29.<sup>a</sup> Vara Federal da Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE (Fórum Federal localizado à Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 3835, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE), com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h00min às 18h00min.
- 5.2** Os bens móveis se encontram em poder dos depositários, conforme endereços constantes nos autos.
- 5.3** Todos os bens serão alienados no estado de conservação que se encontrarem, não cabendo à Justiça Federal ou ao Leiloeiro nenhuma responsabilidade quanto a consertos e reparos, ou mesmo providências referentes à retirada, embalagens, impostos, encargos sociais e transportes daqueles arrematados. Sendo a arrematação judicial modo originário de aquisição de propriedade, não cabe alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição dos licitantes/arrematantes verificarem o estado de conservação, situação de posse e especificações do(s) bem(ns) oferecido(s) no leilão.
- 5.4** Qualquer dúvida e/ou divergência na identificação/descrição do(s) bem(ns) deverá(ao) ser(em) dirimida(s) no ato do leilão.
- 5.5** Fica reservado à Justiça Federal o direito de não alienar, no todo ou em parte, os bens cujos preços forem considerados inferiores ao preço de mercado, independente do valor do lance inicial do arrematante, bem como alterar as condições deste Edital, suas especificações e quantidade dos bens passíveis de leilão.

## **6. VISITAÇÃO AOS BENS**

- 6.1** Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontrarem.

## **7. DÍVIDAS DOS BENS**

- 7.1** No caso de veículos automotores, o arrematante não arcará com os débitos de IPVA do ano **anterior a arrematação**, seguro obrigatório, taxas de licenciamento do DETRAN, taxa do Corpo de Bombeiros e taxa de manutenção e conservação de vias públicas eventualmente existentes antes da arrematação, nem com as multas pendentes, que são de responsabilidade pessoal do proprietário anterior (devedor). Excetuam-se, além das demais taxas não mencionadas neste rol, a taxa de inclusão/exclusão de reserva/alienação/arrendamento e a taxa de transferência de propriedade, as quais ficam a cargo do arrematante.
- 7.2** Nos termos do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, subrogam-se no lance ofertado os créditos relativos a impostos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, assim como os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria.
- 7.3** Taxas condominiais em atraso, incidentes sobre os bens praxeados, são de responsabilidade do arrematante.



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE - 29.<sup>a</sup> Vara

- 7.4 Dúvidas sobre os débitos ou ônus existentes quanto a determinado bem podem ser esclarecidas na Secretaria desta Vara Federal ou com o Leiloeiro Oficial.

**8. PODEM ARREMATAR (art. 890 do CPC)**

- 8.1 É admitido a lançar todo aquele que estiver na livre administração de seus bens.
- 8.2 A identificação das pessoas físicas será feita por meio de documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF).
- 8.3 As pessoas jurídicas serão representadas por quem seus estatutos indicarem, devendo portar comprovante de CNPJ e cópia do referido ato estatutário atualizado.
- 8.4 Todos poderão fazer-se representar por procurador, com poderes específicos, munido da devida identificação do outorgante.

**9. NÃO PODEM ARREMATAR (art. 890 do CPC)**

- 9.1 Os tutores, curadores, testamenteiros, administradores, síndicos ou liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade.
- 9.2 Os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados.
- 9.3 O Juiz, membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, escrivão, o chefe de secretaria e os demais servidores e auxiliares da Justiça, **em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;**
- 9.4 Os servidores públicos em geral, quanto aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta e indireta;
- 9.5 Os leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;
- 9.6 Os advogados de qualquer das partes.

**10. CONDIÇÕES DA ARREMATACÃO**

- 10.1 A arrematação será feita à vista pela melhor oferta.
- 10.2 No caso de venda à vista, o arrematante terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para efetuar o depósito dos valores referentes ao lance, às custas de arrematação e à comissão do leiloeiro. Cada recolhimento deverá se processar em guia de depósito/documento de arrecadação específico e em códigos próprios.
- 10.3 Não se verificando tais depósitos, presumir-se-á a desistência, sofrendo o arrematante/remitente as penalidades da lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o faltoso, além do pagamento da comissão do leiloeiro (art. 39 do Decreto nº 21.981/32) e aplicação de multa (20% a 50%, conforme o caso) sobre o valor do lance, ficando, ainda, proibido de participar de novos leilões ou praças (art. 23, § 2º da Lei nº 6.830/80, e artigo nº. 897, do Código de Processo Civil).
- 10.4 A oferta de lances poderá ser feita presencialmente, no local, no dia e na hora mencionados, ou pela *internet*, por meio do sítio eletrônico [www.organizacaodeleiloes.com.br](http://www.organizacaodeleiloes.com.br).
- 10.5 Para arrematar por meio eletrônico deverão, acessar o site indicado do leiloeiro designado, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data de realização da respectiva praça, onde será identificado o leilão objeto do presente edital e a relação dos bens que serão alienados. Em seguida, realizar o cadastramento, conforme as instruções disponibilizadas.



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE - 29.<sup>a</sup> Vara

- 10.6** Os interessados poderão oferecer seus lances até o horário de encerramento do lote, para que o público presente na hasta tradicional tenha conhecimento e possa concorrer em total igualdade de condições; da mesma forma, o interessado também terá acesso aos lances oferecidos no auditório, por meio de informações prestadas pelo leiloeiro oficial.
- 10.7** Ressalvados os casos previstos em Lei, não será aceita desistência da arrematação ou reclamação posterior sobre os bens.

### **11. ACRÉSCIMOS AO VALOR DO LANÇO**

Além do valor ofertado, o arrematante arcará com o pagamento dos seguintes acréscimos, incidentes sobre o valor do lanço:

- 11.1** Comissão do Leiloeiro: 5% (cinco por cento) e 3% (três por cento) do lanço vencedor, para bens móveis e imóveis, respectivamente, nos termos do art. 24 do Decreto nº. 21.981, de 19 de outubro de 1932, que será paga mediante depósito judicial à ordem deste Juízo.
- 11.2** Custas judiciais de arrematação: os arrematantes recolherão, ainda, as custas judiciais a que alude o item 10.2, no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da arrematação (Lei n. 9.289/96).
- 11.3** O arrematante deverá comprovar o pagamento dos acréscimos apontados nos itens 11.1 e 11.2, até o primeiro dia posterior à realização do leilão, mediante apresentação em juízo dos originais das guias de depósito/recolhimento.

### **12. RECEBIMENTO DOS BENS ARREMATADOS**

- 12.1** Caso não haja oposição de embargos ou adjudicação do(s) bem(ns), a expedição da Carta de Arrematação e/ou Mandado de Entrega dos bens arrematados será feita após o decurso dos prazos legais, efetivado o pagamento das custas judiciais.
- 12.2** Se por motivo alheio à vontade do licitante a arrematação não se confirmar, o valor total pago será devolvido, devidamente corrigido.
- 12.3** O pagamento das despesas relativas à transferência do(s) bem(ns) incumbe ao arrematante.
- 12.4** No caso de bem imóvel, a expedição da carta de arrematação ficará condicionada à comprovação de quitação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, conforme dispõe o artigo 901, § 2º, do Código de Processo Civil.
- 12.5** Uma vez que seja arrematado bem imóvel, a secretaria, depois de verificar o recolhimento dos tributos incidentes, emitirá a carta de arrematação a qual deverá ser levada a Registro no Cartório Imobiliário pelo arrematante.
- 12.6** Uma vez que seja arrematado veículo, a secretaria, depois de verificar o recolhimento do tributo incidente, emitirá a carta de arrematação e a ordem de entrega do bem. O arrematante deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da carta de arrematação, efetuar a transferência da propriedade do(s) bem(ns), perante o DETRAN.
- 12.7** O arrematante arcará com os tributos cujos fatos geradores decorram da arrematação, bem como com aqueles que ocorram após a data da arrematação (art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional).
- 12.8** Ao arrematante caberá o encargo de depositário do bem, quando houver parcelamento do pagamento do preço.
- 12.9** Em caso de arrematação, para expedição do mandado de entrega, deverá ser observada a expiração dos prazos legais do **art. 675 e dos §§ 1º e 5º, do art. 903, ambos do Código de Processo Civil**, bem como a efetivação do pagamento das custas de arrematação.



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE - 29.<sup>a</sup> Vara

**13. TRANSPORTE E POSSE DEFINITIVA DOS BENS PENHORADOS**

- 13.1** Este Juízo garantirá ao arrematante a posse do bem livre de quaisquer ônus que possa existir sobre ele antes da data do leilão, conforme descrito neste Edital (item 7 - Dívidas dos Bens). Todavia, a remoção, o desmanche e a guarda de tal bem serão de responsabilidade do próprio arrematante, e correrão por sua conta e risco.
- 13.2** A garantia judicial poderá ocorrer também por meio de imissão na posse nos casos em que o bem imóvel esteja ocupado com posse precária.

**14. DO PARCELAMENTO NAS EXECUÇÕES PROMOVIDAS PELA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL DE ACORDO COMA PORTARIA DA PGFN Nº 79/2014**

- 14.1** A venda poderá ocorrer de forma parcelada, nos processos cuja exequente seja a Fazenda Nacional, observando-se os parâmetros da portaria da PGFN nº 79/2014.
- 14.2** A concessão, administração e controle do parcelamento deverão ser realizados pela unidade da PGFN responsável pela execução fiscal em que ocorreu a arrematação.
- 14.3** O parcelamento observará o máximo de 60 (sessenta) prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma.
- 14.4** O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC (Lei 9.250/95, art. 39, § 4º), acumulada mensalmente, **calculados a partir da data da arrematação** até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. **Ficando o arrematante encarregado de atualizar o valor da parcela através das tabelas oficiais, como, por exemplo, no site da Fazenda Nacional – [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).**
- 14.5** O parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da dívida ativa objeto de execução.
- 14.6** O parcelamento da arrematação de bem cujo valor supere a dívida por ele garantida só será deferido **quando o arrematante efetuar o depósito à vista da diferença**, no ato da arrematação, para levantamento pelo executado.
- 14.7** Quando se verificar a arrematação de bem imóvel mediante parcelamento do preço, a carta de arrematação conterà a hipoteca em prol da União, para que conste da respectiva matrícula, até que se ultime o pagamento das parcelas.
- 14.8** Caberá ao arrematante levar a referida carta de arrematação ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis para averbação da hipoteca em favor da União.
- 14.9** Quando se verificar arrematação de veículo mediante parcelamento do preço, a carta de arrematação conterà o penhor em prol da União, para que conste do respectivo registro do órgão de trânsito até que se ultime o pagamento.
- 14.10** O prazo máximo do parcelamento para arrematação do veículo **será de 04 (quatro) anos**, na forma do art. 1.466 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).
- 14.11** Não será concedido o parcelamento da arrematação de bens consumíveis.
- 14.12** **É vedada a concessão de parcelamento** da arrematação no caso de concurso de penhora com credor privilegiado.
- 14.13** Levada a efeito a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do arrematante.
- 14.14** O valor da primeira prestação deverá ser depositado no ato da arrematação e será considerado como pagamento parcial, devendo o saldo ser dividido pelo número de meses restantes, nos termos do art. 3º da Portaria nº 79/2014 da PGFN.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE - 29.<sup>a</sup> Vara

- 14.15** Até a expedição da carta de arrematação, o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a se vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396.
- 14.16** Os valores depositados por meios de DJE permanecerão à disposição do Juízo até que seja expedida a carta de arrematação, quando então deve ser solicitada a transformação em pagamento definitivo.
- 14.17** Após a emissão da carta de arrematação, os valores deverão ser recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receita Federais (DARF), utilizando o **código de receita nº 7739**.
- 14.18** Se o arrematante deixar de pagar, de forma injustificada, no vencimento, qualquer das prestações mensais, o acordo de parcelamento respectivo será rescindido, independentemente de prévia interpelação, vencendo-se, antecipadamente, o saldo devedor remanescente, ao qual será acrescido o valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) a título de multa de mora, conforme § 6º do art. 98 da Lei nº 8.212/91.
- 14.19** Em havendo a rescisão do acordo de parcelamento, o débito será inscrito em Dívida Ativa da União e executado, se for o caso, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado ou o bem móvel dado em garantia.
- 14.20** A inscrição em dívida ativa do débito decorrente do saldo remanescente do parcelamento não quitado será de responsabilidade da unidade da PGFN correspondente ao domicílio do arrematante.
- 14.21** As condições de parcelamento acima descritas não se aplicam às execuções fiscais que têm como fundamento a cobrança de débitos devidos ao FGTS, mas, poderão ser adotadas nas execuções de credores diversos da Fazenda Nacional (Caixa Econômica Federal, Autarquias Federais, Conselhos Profissionais etc.), mediante prévia concordância por escrito dos exequentes.
- 14.22** Incumbirá ao arrematante obter a concordância prévia diretamente com os exequentes, por seus próprios meios.
- 14.23** A concordância deverá ser comunicada diretamente ao leiloeiro, até 48 (quarenta e oito) horas antes do leilão, mediante documento idôneo que demonstre a anuência do exequente com o parcelamento.

## **16. RELAÇÃO DOS BENS PENHORADOS**

### **VEÍCULOS AUTOMOTORES**

<b>LOTE – 01</b>	
<b>Processo nº.</b>	<b>0000518-19.2014.4.05.8311</b>
Exequente:	UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL
Executado:	CONTROLLER SAUDE AMBIENTAL LTDA
Valor da execução	R\$ 69.183,07 - atualizado até 26/09/2016 – fls. 986/999
Bem:	<b>01 (uma) motocicleta: HONDA/CG 125 CARGO KS, PLACA: KLB 0164, ANO FABRICAÇÃO: 2013, ANO MODELO 2013, COR: BRANCA, COMBUSTÍVEL: GASOLINA, CHASSI: 9C2JC4130DR008534, ESPÉCIE/TIPO: CAR/MOTOCICLETA, CAP./POT./CIL.: 1/0/24, CATEGORIA: PARTICULAR.</b> Pneus em razoável estado, acessórios sem avarias. Discretos desgastes na pintura. Apresenta um pouco de ferrugem na tubulação ligada ao escape.
Ônus:	Bem penhorado no seguinte processo: - Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes-PE – processo nº 00005739620164058311.
Valor total da reavaliação:	R\$ 4.000,00 (quatro mil reais - fl. 977)
Data da reavaliação	17/06/2016



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE - 29.<sup>a</sup> Vara

<b>LOTE – 02</b>	
<b>Processo nº.</b>	<b>0000913-11.2014.4.05.8311</b>
Exequente:	UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL
Executado:	ANLOG TRANSPORTES LTDA – ME
Valor da execução:	R\$ 731.505,98 – atualizado até 04/10/2016 – fls. 504/507
Bem:	<b>01 (uma) motocicleta: HONDA/CG 125 FAN KS, ESPÉCIE/ TIPO: PAS/MOTOCICLETA, PLACA: PEG 4843, CHASSI: 9C2JC4110CR458734, COMBUSTÍVEL: GASOLINA, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2011/2012, CAP./POT./CIL.: 2/0/124. CATEGORIA: PARTICULAR, COR PREDOMINANTE: VERMELHA.</b>
Valor total da avaliação:	R\$ 4.000,00 (quatro mil reais - fl. 489)
Data da avaliação	19/04/2016

<b>LOTE – 03</b>	
<b>Processo nº.</b>	<b>0004276-11.2011.4.05.8311</b>
Exequente:	FAZENDA NACIONAL
Executado:	IZACAL ENGENHARIA LTDA E OUTRO
Valor da execução:	R\$ 125.245,84 – atualizado até 04/10/2016 – fls. 499/504
Bem:	<p><b>01 (uma) motocicleta: HONDA/VT 600C SHADOW, ANO FABRICAÇÃO: 2001, ANO MODELO: 2001, COR: PRATA, COMBUSTÍVEL: GASOLINA, PLACA: KJA 1627, CHASSI: 9C2PC21001R003414, ESPÉCIE TIPO: PASSEIO/MOTOCICLETA, CAP./POT./CIL.: 2/0/583, CATEGORIA: PARTICULAR.</b></p> <p>A motocicleta encontra-se, visivelmente, em bom estado de conservação, porém o ora Coexecutado informou que ela não está funcionando, pois <b>está sem bateria.</b></p> <p><b>Valor da avaliação: R\$ 14.000,00.</b></p> <p><b>Ônus:</b> Taxas de bombeiro, licenciamento, IPVA e seguro obrigatório.</p> <p><b>01 (um) veículo: NISSAN FRONTIER 4X4 SE, ANO FABRICAÇÃO: 2004, ANO MODELO: 2004, COR: PRATA, COMBUSTÍVEL: DIESEL, PLACA: KJN 8698, CHASSI 94DCMUD224J519536, ESPÉCIE TIPO: ESP/CAMINHONETE, CAP./POT./CIL.: 5/132/2800, CATEGORIA: PARTICULAR</b></p> <p>A lataria apresenta amassado no lado esquerdo/parte traseira e arranhões na tampa traseira e na parte da frente/lado passageiro. Os pneus estão em bom estado, com jogo de rodas. O automóvel possui ar-condicionado (está quebrado), alarme, vidro elétrico e trava elétrica e rádio CD/DVD da marca UCB, Tem banco em couro com pequenos rasgos.</p> <p><b>Valor da avaliação: R\$ 40.000,00.</b></p> <p><b>Ônus:</b> Taxas de bombeiro, licenciamento, IPVA e seguro obrigatório e multa do DNIT.</p> <p><b>01 (um) veículo: HONDA/CIVIC/LX, ANO FABRICAÇÃO: 2003, ANO MODELO: 2003, COR: CINZA, COMBUSTÍVEL: GASOLINA, PLACA: KLE 3543, CHASSI: 93HES15503Z107976, ESPÉCIE/TIPO: PASSEIO/AUTOMÓVEL, CAP./POT./CIL.: 5/115/1668, CATEGORIA: PARTICULAR.</b></p> <p>A pintura apresenta-se comprometida com algumas avarias e pontos queimados pelo sol. Os pneus estão também em razoável estado com jogo de rodas com avarias e não originais. O automóvel encontra-se com a lanterna (lado esquerdo) quebrada, bem como Pará-choque danificado. Possui ar-condicionado (está funcionando), alarme, vidro elétrico e trava elétrica, todos quebrados. O rádio também está quebrado.</p>



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE - 29.<sup>a</sup> Vara

	<p><b>Valor da avaliação: 17.500,00.</b></p> <p>Ônus: Multas do DETRAN BPTRAN e SSP/PCR - PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE.</p> <p><b>01 (um) veículo GM/S10 DELUXE, ANO FABRICAÇÃO: 1995, ANO MODELO: 1996, COR: AZUL, COMBUSTÍVEL: GASOLINA, PLACA: KGC 3514, CHASSI: 9BG124CRTSC905754, ESPÉCIE TIPO: CAR/CAMIONETA, CAP./POT./CIL.: 3/106, CATEGORIA: PARTICULAR.</b></p> <p>O veículo encontra-se em péssimo estado de conservação, praticamente em estado de sucata. Segundo o coexecutado o veículo encontra-se parado há cerca de três anos e sem condições de funcionamento, mas tem motor. Apresenta lataria comprometida e com muitas avarias. Os pneus em péssimo estado, estourados e carecas.</p> <p><b>Valor da avaliação: 5.000,00.</b></p> <p>Ônus: Taxas de bombeiro, licenciamento, IPVA e seguro obrigatório.</p>
Valor total da avaliação:	R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais) - fls. 357/358
Data da avaliação	26/11/2015

<b>LOTE – 04</b>	
<b>Processo nº.</b>	<b>0003008-19.2011.4.05.8311</b>
EXEQUENTE:	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO:	MARCONDES SABINO DA SILVA
Valor da execução:	R\$ 22.298,05 – atualizado até 17/08/2016 (fls. 204)
Bem:	<p><b>01 VEÍCULO DA MARCA/MODELO KOMBI FURGÃO, PLACA HYP-7285, ESPÉCIE/TIPO: CAR/CAMINHONETE, CHASSI: 9BWFF07X08PO11908, COMBUSTÍVEL: ALCOOL/GASOLINA, ANO FAB/MOD: 2007/2008, CATEGORIA: PARTICULAR, CAP/POT/CIL: 3/80/1390, COR PREDOMINANTE: BRANCA.</b></p> <p>Os parachoques dianteiros e traseiros do bem encontram-se com ferrugem. Na lataria traseira há pequenos pontos de ferrugem, o banco do motorista está com estofado rasgado. Os pneus estão em bom estado de conservação. O carro apresenta problemas na caixa de direção e na caixa de câmbio.</p>
Ônus:	Multas 2016: DER-PE e DNIT
Valor da avaliação:	R\$ 13.000,00 (treze mil reais) em 01/12/2015 - fls. 117

## **17. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e de possíveis credores, passou-se o presente edital, aos 10 de outubro de 2016, nesta cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, que vai publicado uma vez no Diário da Justiça Eletrônico, conforme preceitua a Lei nº 6.830/80, e afixado no local de costume. Eu, \_\_\_\_\_ (Maria Ligia de Carvalho Souza Dantas), ANALISTA JUDICIÁRIO(A), digitei. Eu, \_\_\_\_\_ (Elisangela Regina de Melo Lima), Diretora de Secretaria da 29<sup>a</sup> Vara Federal/PE, conferi e subscrevi. O Edital segue devidamente assinado pelo Juiz Federal.

**GEORGIUS LUÍS ARGENTINI PRINCIPE CREDIDIO**  
Juiz da 29<sup>a</sup> Vara Federal/PE